

## ARTIGO

# A DIVISÃO TERRITORIALIZADA DA ATIVIDADE POLICIAL: UM PERFIL DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM BELÉM<sup>1</sup>

**ANTONIO JOSÉ MARTINS FERNANDES**

Professor universitário (UNIFAMAZ). Advogado. Mestre em Direito (UFPA). Especialista em Ciências Criminais (CESUPA).

**País:** Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

**Email:** ajmf06@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5476-9198>

**LUANNA TOMAZ DE SOUZA**

Pós doutora em Direito (PUC-RIO), Doutora em Direito (Universidade de Coimbra), Diretora Adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, Coordenadora da Clínica de Atenção à Violência, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Direito Penal e Democracia, Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA.

**País:** Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

**Email:** luannatomaz@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8385-8859>

**Contribuições dos autores:** Antonio Fernandes contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e interpretação dos dados. Luanna Souza contribuiu com a análise e a interpretação dos dados e a revisão crítica do manuscrito.

---

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o perfil da Polícia Militar na cidade de Belém/PA, através das diferenças de atuação dessa agência, conforme a sua divisão de território. Após a exposição dos principais aspectos da atuação policial, primeiramente formais e depois subjetivos, o desenvolvimento culmina com as reflexões acerca dos principais aspectos dessa atuação, que se contradizem entre o discurso declarado da atuação e a prática real. Através do método indutivo para a abordagem e comparativo para os procedimentos, é possível compreender um perfil de atuação territorializado, que é direcionado e se distingue por marcadores sociais da diferença, aplicando-o às polícias de modo geral. As técnicas utilizadas para a execução consistem em levantamento bibliográfico e análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes que atuam nos bairros do Jurunas e da Batista Campos. Como parte das conclusões alcançadas, pode-se perceber a instituição policial como um instrumento de controle social de grupos marginalizados quanto a raça, classe e território, isolada ou conjuntamente, através da diferenciação da atuação policial conforme o bairro em que esta se localiza.

**Palavras-chave:** Criminologia. Polícia militar. Território. Racismo. Marcadores sociais.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado do autor Antonio José Martins Fernandes, sob orientação da autora Prof.<sup>a</sup> Dra. Luanna Tomaz de Souza, intitulada "Em busca da mancha: a atuação policial nos bairros do Jurunas e da Batista Campos".

---

## ABSTRACT

### THE TERRITORIALIZED DIVISION OF POLICE ACTIVITY: A PROFILE OF THE PERFORMANCE OF THE MILITARY POLICE IN BELÉM

*The present work aimed to understand the Military Police's profile in the city of Belém through the differences in this agency's proceed according to its territorial division. After exposing the main aspects, first formal and then subjective, of police proceed, the development culminates with reflections on the main aspects of this action that contradict each other between the declared speech of the action and the actual practice. Through the inductive method for the approach and comparative for the procedures, it was possible to understand a territorialized profile of action that is directed and distinguished by social markers of difference, applying it to the police in general. The techniques used for the execution consisted of a bibliographical survey and content analysis of semi-structured interviews carried out with agents who work in the Jurunas and Batista Campos neighborhoods. As part of the conclusions reached, the police institution can be seen as an instrument of social control of marginalized groups in terms of race, class and territory, alone or together, through the differentiation of police action according to the neighborhood in which it is located.*

**Keywords:** Criminology. Military police. Territory. Racism. Social markers.

**Data de Recebimento:** 30/03/2023 – **Data de Aprovação:** 20/07/2023

**DOI:** 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1904

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cenário da atuação policial no Brasil contemporâneo tem ganhado bastante espaço em discussões acadêmicas, tendo em vista que os dados referentes a essa agência do sistema penal têm refletido um contexto de violência e preferência por indivíduos vulnerabilizados quanto a classe, raça, gênero, sexualidade e idade.

A presente pesquisa tem a intenção de refletir sobre o perfil da atuação de uma dentre essas polícias, que é a Polícia Militar (PM), escolhida por razões metodológicas, haja vista sua atuação mais ostensiva e o maior contato direto com a população nas ruas. Objetiva entender aspectos formais e materiais dessa atuação para compreender o perfil da instituição da PM no estado do Pará e em Belém. Derivada de pesquisa de mestrado, esta investigação almeja perceber melhor a realidade da capital do estado do Pará, repensando os parâmetros de atuação dessa agência. Pretende-se fomentar uma compreensão da PM na região Norte do Brasil, pouco presente nas produções acadêmicas sobre o fazer policial.

A escolha dos bairros do Jurunas e da Batista Campos não decorreu do fato dos autores residirem no bairro, mas de particularidades dessas áreas na cidade. Em que pese bairros limítrofes, ambos possuem características socioeconômicas bastante díspares, com um perfil populacional bastante diverso e lidos socialmente de maneiras opostas.

Apesar de suas diferenças, por bastante tempo essas áreas compõem a mesma Área Integrada de Segurança Pública (AISP)<sup>2</sup> do estado do Pará e foram, até 2018, áreas policiadas pelo mesmo Batalhão de Polícia Militar (BPM).

---

2 Divisão administrativa de atuação no âmbito da segurança pública do Estado. No caso em particular, trata-se da 4ª AISP.

## A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da polícia militar em Belém

Antonio José Martins Fernandes e Luanna Tomaz de Souza

O bairro do Jurunas tem população negra, pobre e é considerado periférico. Nesse cenário, os rótulos mais facilmente atribuídos a esse bairro são: perigoso, criminógeno e alvo de atenção das instituições de segurança pública. O bairro da Batista Campos, por sua vez, é considerado nobre e elitizado, bem urbanizado, seguro, com pouca necessidade de aparato policial, com áreas verdes para uso comum da população e custo elevado para moradia; é um dos bairros mais caros para se residir na cidade, onde o delito é um fato estranho e advindo de regiões externas ao próprio bairro.

A história de formação desses bairros se entrelaça com maior intensidade entre o final do século XIX e o começo do século XX, período de gestão do intendente Antônio Lemos, cujo objetivo era implementar projetos de urbanização para equiparar Belém ao padrão de vida e comportamento de cidades europeias. Na época, o padrão europeu era considerado, pelos grupos dominantes, modelo de civilização e embelezamento urbano.

As obras da urbanização de Lemos se voltaram com frequência para o bairro da Batista Campos, iniciando a elitização daquele espaço, bem como a aproximação do sentimento da elite residente naquele espaço de uma segurança e uma semelhança aos padrões europeus. Esses projetos envolviam iluminação, transporte, saneamento público e espaços de lazer. Esse contexto valorizou financeiramente o bairro e empurrou a população menos privilegiada para áreas sem infraestrutura urbana e pouco interessantes para esses projetos. Essas áreas, inicialmente, eram regiões próximas às áreas nobres, uma vez que “forneciam” mão de obra para a elite. Assim, o bairro do Jurunas serviu como o depósito dessa população, que era economicamente impossibilitada de residir no bairro nobre vizinho, a Batista Campos, e tornou-se uma área desvalorizada, malvista pela sociedade, considerada perigosa e criminógena, influenciando o direcionamento da atuação policial com mais intensidade para essa área.

Essa dualidade facilita a compreensão do perfil da PM na cidade, tendo em vista que, ao comparar realidades opostas, verifica-se a diferenciação entre a atuação policial conforme os marcadores sociais da diferença, em especial os marcadores de raça, classe e território.

A partir do método indutivo com inspiração etnográfica, esta pesquisa reflete acerca de como a atuação evidencia o perfil da Polícia Militar em Belém, na esperança de que estas análises possam ser expandidas para compreensão das polícias de forma geral.

As técnicas utilizadas para a execução do trabalho consistem no levantamento bibliográfico e documental e realização de entrevistas semiestruturadas com agentes policiais militares que trabalham no policiamento dos bairros analisados.

Com os levantamentos bibliográficos, é possível entender aspectos teóricos acerca da polícia, essenciais à compreensão do perfil da sua atuação, bem como dos elementos que marcam essa atuação. Com o intuito de compreender uma instituição interdisciplinar, as leituras envolveram autores da Sociologia, Antropologia e Criminologia crítica.

Para a realização da pesquisa, foram elaborados ofícios para os Comandantes do 20º e do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que realizam o policiamento do Jurunas e da Batista Campos, para autorização das entrevistas. Após autorização, realizou-se comparecimento ao batalhões para agendamento dos encontros.

O critério aplicado para essa seleção de agentes foi apenas o de atuarem em um dos dois bairros. Os entrevistados foram escolhidos pelos próprios comandantes das companhias que realizavam o

policimento. Nessa seleção, foram entrevistados sargentos, cabos, soldados, comandantes e um major, entre homens e mulheres. As entrevistas ocorreram no período de maio a setembro de 2021.

## O PODER POLÍTICO NAS RUAS: A COMPLEXA E INCOMPLETA DEFINIÇÃO DE POLÍCIA

Compreender no que consiste e quais são as funções da polícia são tarefas imprescindíveis para localizar e aprofundar as pesquisas acerca do tema. Como parte dos objetivos do presente trabalho, as reflexões acerca de uma definição da polícia e sua ramificação militarizada contribuem para a compreensão de como se pode enxergar um perfil dessa instituição na cidade de Belém.

É a partir do referencial adotado que se poderá pensar em quais características podem se fazer presentes no perfil traçado em um estudo etnográfico, como o que se tenciona realizar aqui.

Segundo Verena Alves (2015, p. 41), definições formais acerca do que seria a polícia não estão uniformizadas entre os estudiosos, de modo que são suficientes apenas de maneira superficial, uma vez que não contemplam diversas nuances acerca da atividade policial.

A atividade policial, sem adentrar em suas especificações como Polícia Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, representaria a garantia do exercício seguro e livre dos direitos sem ameaças e agressões (Afonso, 2018, p. 254). Contudo, esse conceito uniformiza superficialmente as noções acerca de polícia, não contemplando as nuances da atividade policial<sup>3</sup>.

Outra dificuldade presente nas tentativas de definição são as limitações dos conceitos formais. No bojo da Constituição Federal (CR/88), há distinção entre as diversas ramificações da atividade policial definidas apenas em aspectos formais e pensados conforme um discurso institucional e declarado.

No art. 144 da CR/88 (Brasil, 1988), a definição da PM é de instituição responsável por garantir a segurança pública através do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (*caput* e § 5º), sendo segurança pública a preservação da ordem e da incolumidade (pessoal e patrimonial).

A conceituação exclusivamente formal e institucionalizada impede que, seguindo o objetivo do presente estudo, seja traçado o perfil da PM em Belém. Um conceito generalista e formal não contempla fatores materiais que compõem a polícia como parte de fenômenos sociais

Esse discurso compõe a fachada de uma instituição supostamente responsável pelo bem-estar social através da exigência do cumprimento da lei, mas que na verdade esconde funções mais profundas e que interferem diretamente na vida privada das pessoas (Alves, 2015, p. 60). Portanto, é um disfarce para a manutenção das estruturas da desigualdade de raça, classe e território. “[...] não devemos esquecer que tais entidades foram criadas e estruturadas com finalidade de proteção patrimonial e, conseqüentemente, voltadas para o objeto (in)direto de manutenção de uma ordem econômica governamental muito bem definida” (Alves, 2015, p. 60).

<sup>3</sup> De modo algum isso representa um demérito ao conceito cunhado pelo Prof. João José Rodrigues Afonso (2018, p. 254). O conceito generalista tem sua importância para compreensões iniciais acerca do tema, mas não contemplam, necessariamente, vieses, perspectivas e críticas acerca do assunto.

## A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da polícia militar em Belém

Antonio José Martins Fernandes e Luanna Tomaz de Souza

Assim, independentemente das subdivisões entre militar, civil, federal ou rodoviária, a instituição deveria pautar seus modos de atuação para alcançar tal finalidade. Entretanto, uma série de elementos contribuiu para que esse conjunto de instituições não seja realmente estruturada ou direcionada para tanto.

Um dos primeiros elementos que os estudos têm destacado é a ausência de um teor mais democrático, mesmo após o final da ditadura militar brasileira (1964-1985). Em que pese esse tenha sido o modelo de Estado adotado para as transformações de diversos institutos e instituições, a Polícia não foi uma delas. O modelo de organização e estruturação das polícias previsto na CR/88 pouco se diferenciou do modelo que já era adotado anteriormente.

Ao analisar estes últimos, observa-se que no campo da segurança pública há um pêndulo entre medidas de modernização democrática das polícias e do sistema de justiça criminal e a retroalimentação de forças isomórficas que recolocam a violência institucional e a baixa eficiência na prevenção do crime na garantia de direitos como elementos constituintes do padrão de atuação das polícias brasileiras (Sinhoretto; Lima, 2015, p. 120).

Sinhoretto e Lima (2015, p. 121) igualmente mencionam que esse período de transição culminou com um aumento da percepção do crime e da violência, o que sedimentou uma sensação de medo e insegurança na população, que enxerga a polícia como a via de garantia de segurança.

O trabalho etnográfico de Teresa Caldeira (2011), que, de modo geral, trata das transformações urbanas em São Paulo em razão do aumento da percepção do crime e da violência, dedica diversos momentos para falar do autoritarismo e do papel da polícia como instituição controladora do cidadão e garantidora da segurança. Em uma das entrevistas realizadas pela autora, uma moradora de um bairro de classe média alta da cidade São Paulo relaciona a atuação da polícia com a recente tranquilidade que aparecera no bairro.

– *Mas de onde a senhora acha que é esse pessoal que tanto assalta por aqui?*

– Ah, só pode ser da favela! Não vou dizer que é da favela, porque na favela tem tanta gente boa também. Então. Eu acho que vem de outros lugares; inclusive, esses dois que me assaltou, assaltou duas vezes essa mesma moça, assaltou o irmão dela, assaltou os dois inquilinos que moram no quintal e assaltou esse vizinho que mora do meu lado. Num período de cinco a sete dias foi assaltado todo esse pessoal. Passando uns dias, a mãe de um dos rapazes que foi assaltado me contou que os policiais apagaram uns três fulaninhos lá embaixo. Depois disso, ninguém viu e ninguém foi assaltado [...] Então, eu acredito que esses dois que fizeram comigo, com a turma, a gente não deseja o mal, mas se foi, graças a Deus, não apareceu ninguém mais aqui não (Caldeira, 2011, p. 80, *grifo da autora*).

Essa moradora deixa bastante claro, ainda que inconscientemente, que enxerga na atuação violenta da polícia uma maneira de alcançar a paz social. Para essa entrevistada, após o assassinato de dois homens na região durante a atuação de agentes policiais, não ocorreram mais assaltos, o que ela assimila como segurança.

Portanto, reitera-se que há um nítido conflito entre o discurso declarado e a realidade da prática policial. A compreensão do papel da polícia na sociedade, seguindo o esteio das compreensões de Veena Das (2020, p. 29), decorre não somente de sua perspectiva macro, mas sim da chamada descida ao ordinário, ao cotidiano, para que se compreenda a totalidade da vivência violenta que decorre da atuação da instituição.

Segundo Érica Babini Machado *et al.* (2018, p. 231), a polícia representa uma atualização da figura do capitão do mato, que consistia na figura de um homem negro liberto que capturava negros escravizados que emprendiam fuga. A atualização com a figura do policial, ainda mais o policial negro, representa

a manutenção do privilégio da elite branca em uma instituição de controle da população negra e marginalizada e o seu extermínio.

Com isso, a instituição policial é marcada pela prática de controle social de grupos considerados marginalizados. Segundo Felipe Freitas (2020, p. 105), a polícia é resultado de todas essas construções sociais, bem como das próprias relações que a instituição desenvolve com os grupos e indivíduos.

A polícia é muito mais do que uma mera reiteração de expectativas, previsões e práticas. As polícias são produto das interações, reinvenções profissionais e culturais, “parcerias formais e informais de diversas ordens”, que remontam a processos de construção de vínculos sociais e, por conseguinte, de trocas materiais e simbólicas que se estabelecem no fluxo de construção e legitimação do lugar da autoridade policial. Ou seja, as polícias são resultado de perenes trocas entre instituições, organizações, sujeitos, grupos e sociedade [...] (Freitas, 2020, p. 105).

Portanto, neste estudo, é essencial que seja delimitada uma compreensão acerca da polícia. É dessa noção que se pode traçar o perfil dessa instituição e dos seus agentes em Belém do Pará, bem como da sua atuação nesta cidade.

As polícias derivam das estruturas que compõem o núcleo social em que estão inseridas. São instituições derivadas de relações sociais, uma espécie de poder político com agir concreto (Freitas, 2020, p. 105). No tocante à PM, compreende-se como um poder político de ação nas ruas.

A tentativa de encontrar um conceito comum e encerrado de polícia não é tarefa fácil e nem se encontra finalizada. Ao final desse tópico, pontua-se o conceito que é o ponto de partida para as reflexões tecidas aqui, mas isso não representa um conceito final ou unânime, e sim a escolha metodológica para o estudo.

Sendo assim, retomando as características sobre o fato de as polícias, em especial a PM, que aqui é analisada, serem construções a partir das estruturas sociais, é preciso mencionar as questões de raça e classe que as envolvem. Para isso, compreende-se a atividade policial como determinada pelos elementos das questões de classe social e racismo estrutural.

Em que pese existirem outros marcadores que impactem e direcionem a atividade policial, como gênero, idade e sexualidade, neste trabalho é realizada a escolha de analisar o perfil da polícia militar em Belém com base nos fatores mencionados.

Portanto, as polícias são instituições de controle social, em especial a polícia militar, e que, mormente, são as primeiras etapas do processo de seleção criminalizante secundária (Zaffaroni; Batista, 2011, p. 45). Elas realizam a escolha efetiva do que será ou não será envolvido no sistema penal.

Por sua vez, esse processo de seleção é direcionado a pessoas vulnerabilizadas. O sistema e as polícias, como parte dele, atuam de maneira declarada formal e legalmente, mas na verdade são sim direcionados às camadas mais marginalizadas da sociedade. Assim, é comum que o sistema conte com sua população selecionada de uma maioria jovem, negra, pobre e periférica.

A advogada ativista estadunidense Michelle Alexander (2017, p. 51) esclarece que o sistema penal e sua característica do encarceramento em massa, principalmente relacionado à chamada Guerra às Drogas, é a

forma atualizada de controle, dominação e neutralização da população negra nos Estados Unidos (EUA), como anteriormente ocorrera com o sistema Jim Crow e com a escravidão.

De forma análoga, a sociedade brasileira também é construída a partir de uma cultura de diferenciação de classe, bem como de um racismo estrutural. Conforme Silvio Almeida (2019, p. 46-47), o racismo se perfaz em uma dimensão estrutural, garantindo que pessoas negras sejam segregadas nos mais baixos estratos sociais. Ou seja, o racismo compõe a formação da sociedade brasileira, seja em questões objetivas como subjetivas.

Toma-se racismo como projeto de dominação baseado em uma concepção social do elemento racial; na concepção de Adilson Moreira (2019, p. 41), é evidente que esse é um dos elementos que estruturam a atuação policial, bem como se desenvolve dentro dessa na sua dimensão institucional (Almeida, 2019, p. 37).

Quanto à questão de classe social, primeiramente, é preciso esclarecer que essa é indissociável da questão racial. O papel do racismo na sua dimensão estrutural cuidou de legar aos negros os estratos mais baixos entre as classes, de modo que é possível compreender que a raça induz a classe.

Outra observação que não se pode deixar de mencionar referente às classes sociais é como estas são utilizadas para invisibilizar a questão racial. É comum ouvir que os problemas no Brasil não estão relacionados ao racismo, mas sim à pobreza. Nega-se a ocorrência de racismo, consequência da ideologia de democracia racial, argumentando que a desigualdade deriva do preconceito de classe, quando não o é assim (Guimarães, 2012, p. 47).

Desse modo, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012, p. 43) menciona que classe social deve ser compreendida em duas formas. De modo geral, a classe social corresponde a posições objetivas do corpo social e que concentram interesses e orientações de ação similares.

Contudo, ao voltar seu olhar para o Brasil, onde muito se disfarça o racismo como questões de classe, a classe social é compreendida como uma ordem de:

[...] desigualdade de direitos, da distribuição da honra e prestígios sociais, em sociedades capitalistas e modernas, onde permaneceu razoavelmente intacta uma ordem hierárquica de privilégios, e onde as classes médias não foram capazes de desfazer os privilégios sociais, e de estabelecer os ideários da igualdade e da cidadania (Guimarães, 2012, p. 43).

Portanto, a classe social é um dos fatores de vulnerabilização mais comuns, uma vez que parte dessa compreensão de diferenciação com base em determinados privilégios. Para o propósito desta análise, é compreendido como um fator de desigualdade, mormente, de ordem econômico-financeira.

Os estudos sobre seletividade compreendem que o sistema penal, principalmente através das agências policiais, é estruturado para selecionar nesses grupos vulnerabilizados. O sistema não seleciona mais pessoas pobres e negras por meras coincidências ou somente pela facilidade em selecionar pessoas desses grupos, mas sim pelo fato de que o sistema é estruturado para alcançar tais indivíduos (Alexander, 2019, p. 51).

Assim, a compreensão do perfil da Polícia Militar, partindo de análises da sua atuação em Belém, parte dessa noção de seletividade na criminalização secundária realizada pela PM, direcionada para pessoas

vulnerabilizadas, em especial, negras e pobres. É a manutenção da dominação de determinados grupos sobre outros através de agências penais.

Neste estudo, então, pode-se compreender as polícias como instituições voltadas à garantia da segurança pública através da proteção de bens e direitos com a utilização comedida da força, mas que representam, realmente, uma instrumentalização do controle social de pessoas e grupos vulnerabilizados.

É com essa percepção da atividade da polícia que foram analisadas as falas das entrevistas realizadas com os agentes da Polícia Militar no 2º e no 20º BPM da cidade de Belém; melhor detalhado, a seguir.

## A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM BELÉM NOS BAIRROS DO JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS

Nesse tópico, é descrita a divisão e a organização formal da atuação da PM na cidade de Belém, especialmente nos bairros do Jurunas e da Batista Campos. Através dessa descrição, almeja-se destacar quais são os principais elementos que compõem a chamada *atuação*, bem como introduzir quais aspectos dessa atuação evidenciam um perfil da PM no Pará.

As definições acerca da divisão territorial-funcional da PM no estado do Pará se encontram dispostas na Resolução 185/2012 do Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará – Consep (Pará, 2012).

Ao utilizar esse instrumento formal, não significa que as relações e dinâmicas estejam limitadas pelo que é disposto apenas em uma norma administrativa, mas sim que esse é o marco inicial da análise que se aprofunda para além de perspectivas legais.

A capital do estado, a cidade de Belém, bem como seus distritos (Icoaraci e Mosqueiro) e suas ilhas, é delimitada como a 1ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), conforme o art. 3º da Resolução supracitada, sendo o interior do estado delimitado em outras regiões.

A divisão em RISP visa o aprimoramento das políticas de segurança no tocante a “[...] integração do planejamento, coordenação, controle, fiscalização e execução das atividades operacionais dos Órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado [...]” (Pará, 2012), objetivando executar mais coordenadamente essas políticas<sup>4</sup>.

Cada Região pode ser dividida em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). O objetivo das RISP’s e AISP’s é melhorar a integração da operacionalização das atividades de segurança pública, por isso, em cada uma delas, é detalhado como cada órgão de segurança pública atuará para que possam trabalhar de maneira mais articulada.

O inc. I, do § 4º, do art. 5º da Resolução Nº 185/2012 detalha as divisões da Polícia Militar na 1ª RISP, quais sejam: todos os Batalhões de Polícia Militar (BPM) que atuam na capital. A alínea *d*, por exemplo, delimita que o 20º BPM tem jurisdição nos bairros: Cremação, Condor, Jurunas, Batista Campos, Guamá e Terra Firme. A mesma delimitação é feita para a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, com divisão administrativa de acordo com as RISP’s (Pará, 2012).

4 Art. 2º da Res. 185/2012 do Consep (Pará, 2012).



**A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da polícia militar em Belém**

Antonio José Martins Fernandes e Luanna Tomaz de Souza

Tal Resolução, no art. 5º, também detalha as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) da 1ª RISP. No art. 5º, § 4º, I e II, da supracitada Resolução, é delimitada a 4ª AISP<sup>5</sup>, área na qual estão localizados os bairros Jurunas e Batista Campos.

Outra informação relevante acerca dessa divisão é a que compartilhou um dos policiais entrevistados: ainda que a Resolução Nº 185/2012 não tenha sido formalmente alterada, o policiamento da área da Batista Campos não corresponde mais ao 20º BPM.

Um policial do 2º BPM informou que isso ocorreu por volta do ano de 2018, quando uma portaria interna da PM-PA permutou o bairro da Batista Campos com o bairro de Canudos, jurisdição do 2º BPM<sup>6</sup>, também conhecido como um bairro periférico.

Esse mesmo agente informou que tal permuta ocorreu em razão do perfil dos bairros. Ou seja, o bairro da Batista Campos tinha um perfil mais semelhante aos bairros policiados pelo 2º BPM, enquanto o bairro de Canudos se assemelhava aos demais bairros do 20º BPM.

Essa informação acerca da existência de norma legal que foi adaptada na prática do trabalho policial chama a atenção por destacar como a práxis da instituição vai além dos limites formais, como as disposições da Resolução Nº 185/2012. As observações práticas do trabalho policial motivam modificações na estruturação e divisão das jurisdições, trocando diversos bairros da AISP em que estavam originalmente por questões estratégicas do policiamento.

Esse relato demonstra o que Jaime Souza e João Francisco Reis (2013, p. 68) destaca como parte da subcultura que é desenvolvida dentro da faceta informal da instituição policial. O autor destaca que há uma valorização da experiência e da aprendizagem no trabalho policial, ao invés de se ater em padrões meramente teóricos. Ao consultar a Resolução 185/2012, esta não foi alterada e nem mesmo revogada. Isso é pontapé para outras situações de informalidade ou ausência de regularização, como o fato de algumas polícias não possuírem Procedimento Operacional Padrão – POP<sup>7</sup> (Sinhoretto; Lima, 2015, p. 127).

Por outro lado, o objetivo da constituição dessas AISPs, formalmente, é compatibilizar os trabalhos das delegacias de Polícia Civil com as companhias de Polícia Militar, visando uma otimização dos resultados produzidos em políticas de segurança pública (Azevedo; Castro, 2007, p. 17).

5 § 4º. A 4ª AISP englobará os Bairros da Batista Campos e Jurunas.

I – o perímetro da 4ª AISP compreenderá a poligonal que têm início na intersecção da Travessa Quintino Bocaiúva com a Avenida Gentil Bittencourt, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Serzedelo Corrêa, flete à direita e segue por esta até a Travessa Gama Abreu, flete à esquerda e segue por esta até a Avenida Almirante Tamandaré, segue por esta até a Avenida Dezesesseis de Novembro, flete à esquerda e segue por esta até a Rua Cesário Alvim, flete à direita e segue por esta até encontrar a margem direita do Rio Guamá, flete à direita contornando a margem direita deste Rio até encontrar a foz do canal da Avenida Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por esta até encontrar a Travessa Dr. Moraes, flete à esquerda e segue por esta a Avenida Fernando Guilhon, flete à direita e segue por esta a Travessa Quintino Bocaiúva, flete à esquerda e segue por esta até o início da poligonal;

II – as Unidades de atuação da 4ª AISP serão as seguintes:

- a) na Polícia Militar, a 2ª Companhia/20º Batalhão de Polícia Militar;
- b) na Polícia Civil, a Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA) e a Unidade de Polícia do Jurunas;
- c) no Corpo de Bombeiros Militar, o 1º Grupamento Bombeiro Militar. (Pará, 2012).

6 Isso explicaria o fato de a Resolução 185/2012 do Conselho nunca ter sido alterada e nem haver uma menção a essa portaria interna da PM-PA, que se trata de uma publicação interna da instituição e que não é divulgada.

7 Entende-se por POP (Procedimento Operacional Padrão) o conjunto normativo elaborado para alcançar a padronização das condutas que devem ser adotadas no momento de realização de algum procedimento inerente à atividade funcional, como uma abordagem policial. Muitos desses documentos são elaborados pelas próprias instituições.

Essas áreas funcionam como espaços de monitoramento sistemático, cujo planejamento é realizado a partir dos diagnósticos dos dados obtidos. Portanto, percebe-se que tanto as RISPs quanto as AISPs possuem a finalidade de promover uma gestão cooperativa e integrada entre as polícias, buscando uma suposta eficiência na promoção do direito à segurança pública.

Em outros estados, também houve esse tipo de delimitação. No estado da Bahia, houve a divisão da capital em AISP por meio do Decreto Nº 13.561, de 2 de janeiro de 2012; no art. 2º, há uma clara disposição que demonstra a finalidade de implementação desse modelo de policiamento integrado.

Paulo Augusto Souza Teixeira (2009, p. 6) define esse modo de organização territorial como uma compatibilidade das áreas de atuação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Tal política promoveria uma aproximação entre essas polícias e a implementação de melhorias coordenadas para a atuação.

Nesses conceitos, é coerente a explicação fornecida pelo policial do 2º BPM acerca da permuta entre os bairros de Canudos e da Batista Campos. Sendo uma área em que o objetivo é a implementação de um policiamento integrado, é importante que bairros com perfis semelhantes estejam sob a mesma AISP, o que justificaria a separação dos bairros do Jurunas e da Batista Campos, que são de perfis bem diferentes.

Por essas questões de diferenciação da divisão, percebe-se que há diferença no policiamento de uma AISP que contém dois territórios tão diferentes, ainda que limítrofes, como os bairros do Jurunas e da Batista Campos. É a comprovação de que o elemento territorial tem um impacto na atividade policial e altera as dinâmicas de atuação da PM conforme o local em que ela se encontra.

Portanto, o planejamento e as estratégias da atuação policial já permitem que se presuma um perfil de uma polícia que atua a partir de uma divisão ordenada do território, das suas similitudes e diferenciações, o que, em que pese não esteja em resoluções, engloba as pessoas e os grupos que estão presentes nessas áreas que atuam.

Contudo, isso configura, *per se*, um elemento de vulnerabilização, remetendo ao perfil da instituição policial descrito pela criminologia crítica, de uma entidade de controle social, direcionada por marcadores sociais da diferença.

Assim, com a finalidade de se traçar esse perfil, identificam-se alguns elementos dessa atuação policial que se sobressaem na compreensão dessa instituição e do papel que ela exerce na sociedade. Durante a execução desta pesquisa, evidenciaram-se os traços da PM através da própria divisão por bairros, do quantitativo de agentes nas áreas, das estratégias escolhidas para cada região, bem como pelos delitos que mais frequentemente são registrados.

Através dessas informações, aparentemente objetivas, é possível compreender um padrão subjetivo na instituição e que, muitas vezes, é tão bem repassado a seus agentes que estes pouco questionam as incongruências existentes.

Os detalhes dessa atuação prática tão contraditória são o conteúdo do tópico seguinte.

8 Art. 2º. As Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP são agrupamentos de segmentos territoriais, formadas por municípios, distritos municipais ou bairros, consideradas para a definição de princípios, métodos e procedimentos nas ações de polícia judiciária, polícia ostensiva e perícia, com o objetivo de aumentar a eficiência policial, mediante a prestação de serviços de segurança pública com qualidade e custos adequados (Bahia, 2012).

## **A BUSCA DA MANCHA; CONFLITOS ENTRE O DISCURSO E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NOS BAIROS DO JURUNAS E DA BATISTA CAMPOS**

Nesta seção, o objetivo a ser alcançado é destacar os pontos que mais se sobressaem na análise para construção de um perfil da instituição policial, a partir das entrevistas realizadas com agentes da Polícia Militar.

Através desses tópicos, que surgiram durante as conversas, um perfil da PM se forma e é útil para uma concepção geral acerca do perfil das polícias como instituição. Nesse ponto, o mais evidente é o confronto entre o conteúdo desses tópicos relatados e analisados com o discurso oficial da segurança pública.

### **A. A DIVISÃO TERRITORIALIZADA DA ATIVIDADE POLICIAL: ORGANIZAÇÃO E CONTROLE**

O primeiro aspecto de grande destaque quando se analisa a atuação da polícia é a divisão territorial que organiza esse trabalho. É esse o fator central para delimitação de aspectos formais, mas que possuem facetas subjetivas – que se ligam com as questões de raça e classe.

O território, da mesma forma que os marcadores raciais e de classe, é uma construção social. Portanto, deriva da estrutura social do local em que se encontra inserido. Na concepção de Milton Santos (2006, p. 39), o território representa uma apropriação do espaço, que é prévio à ocupação e transformação humana, por seres humanos, composto a partir das relações sociais que nele coexistem.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (Santos, 2006, p. 39).

Compreende-se o território como uma realidade transformada e que deriva das relações de poder que existem nele, entre espaços que mandam e espaços que obedecem, em uma geografia da desigualdade (Valente, 2016, p. 111).

Portanto, analisar o território, bem como as dinâmicas que ocorrem interna e externamente a ele, está intrinsecamente vinculado à compreensão das relações sociais de poder que ocorrem naquele ambiente. Dentro desses espaços, a PM representa um desses instrumentos das relações de poder.

A estruturação e organização da PM a partir de uma divisão territorial reflete o impacto desse elemento na atuação policial. Como agência, recebe toda influência e todo direcionamento advindos de marcadores sociais, especialmente os de raça e de classe social. Segundo Aiala Colares Couto (2018, p. 61), a compreensão perpassa sobre as formas como o território foi apropriado e transformado.

É essa rede de relações que permite, que em uma única região, coexistam territórios, ainda que estejam localizados no mesmo espaço geográfico ou até no mesmo bairro. Por isso, o território pode ser compreendido de maneira diferente por pessoas ou grupos diferentes (Couto, 2018, p. 62).

Nesse sentido, o autor destaca alguns exemplos de territorialidades flexíveis existentes nas grandes metrópoles modernas, tais como os territórios da prostituição feminina ou masculina, que se concentram nas áreas de obsolescência ou espaços deteriorados dos grandes centros comerciais. Isso demonstra o caráter cíclico desse tipo de territorialização e cria uma identidade territorial que pode ser considerada apenas relativa, muito mais funcional do que efetiva, pois seus limites territoriais são instáveis devido à mobilidade existente (Couto, 2018, p. 66).

Uma região construída com base nas relações sociais de poder que nela coexistem é terreno fértil para o controle ou não por parte de uma agência policial. Cada território, em uma sociedade, existirá conforme o controle que é exercido sobre si (Couto, 2018, p. 63).

Portanto, o território é elemento essencial para o exercício da dominação de um grupo privilegiado econômica, social e racialmente sobre outros construídos como vulnerabilizados, bem como é construído a partir dessas categorias. Ou seja, é impossível desvincular o território de questões de classe, gênero, sexualidade e raça.

É preciso compreender que essas categoriais são indissociáveis quando se trata de território, ainda mais quando se deseja analisar a atuação policial, tendo em vista que são elementos que estruturam a configuração social que se tem atualmente.

Além do mais, quanto à questão racial, a relação com o fator territorial perpassa por camadas mais profundas, uma vez que as pessoas negras, que ocupam fisicamente os territórios, na verdade passaram por um processo de desterritorialização em duas etapas, uma vez que foram retiradas de seu território geográfico (o continente africano) e retiradas de seus lugares sociopolíticos e culturais de seres humanos (Manzoni, 2020, p. 83).

Portanto, pessoas pobres e negras foram empurradas para ocupar regiões periféricas e desvalorizadas em razão de interesses econômicos da elite branca e rica, o que foi possível somente em razão desse processo de desterritorialização.

A presença negra no Brasil justifica-se, majoritariamente, como resultado do tráfico de pessoas negras sequestradas na África para serem escravizadas, sofrendo desterritorialização no sentido geográfico. Assim, afastadas de todo um ecossistema com o qual estavam habituadas e interagiam, levadas para uma realidade completamente diferente, de trabalho forçado.

Em uma segunda camada, mais grave, esse processo ocorreu em um nível sociopolítico e cultural, ou seja, também foram distanciadas de elementos simbólicos e subjetivos, como instituição familiar, padrões linguísticos, elementos políticos e religiosos.

A distribuição demográfica dessa população traficada ocorreu a partir de um padrão de organização branco e eurocentrado, de modo que provocou uma precarização da própria existência dessas pessoas e contribuiu para o processo de racialização delas, tornando-as negras e negros.

Os espaços ocupados, os chamados territórios negros, na verdade, estão fora dos padrões estabelecidos pelo grupo dominante rico e branco. Ou seja, às pessoas negras só foi dada a possibilidade de estarem em algum lugar através de uma organização baseada no racismo, contribuindo para vulnerabilização dessa população e perpetuação das desigualdades.

Além disso, a desterritorialização, embasada no racismo, serve para aproximar a população negra da natureza, distanciando-a da sociedade “civilizada”, estabelecida pelo grupo dominante branco e rico. Essa estrutura abre espaço para que, uma vez aproximados de elementos naturais (e não simbólicos e subjetivos), negros e negras sejam, também, desumanizados, representando negativamente esses territórios e naturalizando as violações contra esse povo (Manzoni, 2020, p. 83-84).

Essa lógica é o que permite no caso das pessoas não brancas a exposição a uma gentrificação, o escoamento de seus corpos para as periferias urbanas, em que, por analogia, a intervenção não se dá por dispositivos médicos, senão policiais. A imposição da polícia no cotidiano da favela se faz como intervenção corporal, não como “segurança pública”, mas como prática de extermínio da guerra ontológica (Manzoni, 2020, p. 89).

A utilização da agência policial, portanto, como meio de garantia de segurança pública, mascara uma muito bem estruturada estratégia de controle social de grupos vulnerabilizados e que estão fora do padrão elitizado do grupo dominante. É esse aspecto que influencia a divisão de bairros policiados.

Por exemplo, a justificativa que um dos agentes entrevistados apresentou para a permuta dos bairros Batista Campos e Canudos no policiamento em Belém. A semelhança do perfil do bairro periférico se aproxima mais do BPM que já polícia bairros periféricos (como Jurunas), enquanto o outro bairro se aproxima mais do perfil do policiamento dos bairros elitizados (como Umarizal e Nazaré).

Assim, o primeiro traço evidente do perfil da PM é a sua indissociável relação com o elemento territorial, o que aprofunda as relações de raça e classe que existem na atuação desta instituição.

## **B. O QUANTITATIVO DE AGENTES E O IMPACTO NO CONTROLE SOCIAL DAS ÁREAS POLICIADAS**

Outro elemento-chave para compreensão do perfil de atuação da PM é a distribuição do quantitativo dos agentes conforme a necessidade para cada área, que é determinada de acordo com a quantidade de crimes registrados e pelo tamanho e complexidade daquela região.

Durante as entrevistas, a informação apresentada pelos agentes da PM é de que, no bairro do Jurunas, há um total de quase 50 (cinquenta) agentes atuando no bairro, uma média de 12 policiais por turno. Isso somente para o bairro do Jurunas.

Já quanto ao bairro da Batista Campos, cujo policiamento é dividido com os bairros Umarizal e Nazaré, o total de agentes é aproximadamente 9 (nove) policiais. Nota-se que, mesmo com uma maior quantidade de bairros, a quantidade de agentes que realizam o policiamento no conjunto dos bairros considerados nobres é significativamente menor.

Decerto, as hipóteses sobre as razões dessa diferenciação são diversas. O tamanho dos bairros, a quantidade de habitantes, o perfil dos bairros conforme a concepção da própria PM, bem como a quantidade de delitos registrados nos bairros, a chamada mancha criminal<sup>9</sup>, influenciam nessa análise.

<sup>9</sup> Essa expressão, conforme se percebe do conjunto das entrevistas, significa a intensidade da ocorrência de crimes em uma determinada região ou área. Quanto maior a mancha, maior a incidência de delitos registrados naquele local. Normalmente, é representada através de mapas de áreas quentes (hotspots), cujas manchas são indicadas pela coloração mais avermelhada, daí a ideia do termo “mancha”.

Um dos exemplos que um agente mencionou acerca da importância da mancha criminal é o fato de que essa mancha possui uma maior intensidade no bairro do Jurunas do que no bairro da Batista Campos, motivando que o efetivo destinado para aquele espaço necessite de uma maior quantidade de agentes e viaturas.

Portanto, essa questão, em que pese tenha diversas razões, possui uma finalidade específica não explícita: controle social especializado. O quantitativo é uma forma de montar e direcionar a instituição para controlar mais facilmente determinados grupos vulnerabilizados.

A maior quantidade no bairro periférico demonstra uma maior intensidade de controle naquela região. Enquanto que nos bairros considerados nobres, o controle objetiva passar segurança à elite, bem como manter sob controle o público não elitizado no bairro. A polícia, dentro do bairro elitizado, serve para manter os *outsiders* sob vigilância. No periférico, mantém os *outsiders* naquele espaço.

O perfil da polícia de planejar seus quantitativos a partir de características objetivas e subjetivas de cada espaço evidencia a influência que essas agências sofrem do paradigma estrutural, responsável pelas construções sociais que estão inseridas nos territórios.

Esse fato desencadeia diversas outras situações que parecem naturalizadas, mas que derivam desse direcionamento das agências para territórios e grupos vulnerabilizados. Por exemplo, se no bairro do Jurunas estão concentrados mais agentes, decerto terão mais facilidade de registrar delitos. Cria-se a ilusão que o bairro periférico é perigoso, precisa de mais agentes, que supostamente garantiriam mais segurança.

Assim, inicia-se e se perpetua um ciclo vicioso entre a utilização da agência policial para garantia da segurança, o aumento dos registros de delitos e o controle social de grupos vulnerabilizados. E quanto mais medo gerado, maior é o quantitativo, evidenciando o direcionamento da atuação policial conforme essas características sociais marginalizadas.

Loïc Wacquant (2005) identifica nesses espaços uma relação de marginalidade avançada pela clausura e exílio socioespacial da classe trabalhadora e as categorias etnoraciais dominadas. A concentração dessas pessoas em um território específico faz parte da execução de uma constante vigilância, que o autor chama de “pan-optismo social” (Wacquant, 2008, p. 100). A periferia, então, torna-se local de realização de controle e contenção dos marginalizados, das populações consideradas inferiores, através do aparato policial e seus processos de criminalização secundária.

Portanto, a definição do quantitativo de agentes faz parte da compreensão do perfil da atuação policial, uma vez que, em que pese os motivos para definição desse aspecto pareçam objetivos, estão ligados a marcadores sociais que determinam a seleção criminalizante.

### **C. DELITOS REGISTRADOS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: AS RELAÇÕES COM AS DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS**

Da mesma forma que o quantitativo, tanto os delitos que são registrados bem como as estratégias escolhidas para a repressão a esses fatos são delimitados conforme as dinâmicas sociais e territoriais de cada espaço policiado.

A depender dos delitos que são registrados com maior frequência, são pensadas estratégias específicas para aquela repressão. Até a forma como um delito ocorre impacta na escolha a ser utilizada. A dinâmica do bairro policiado determina essa escolha. Os agentes relataram que o delito patrimonial é o tipo de crime mais percebido nos bairros considerados nobres, especialmente o roubo e o furto. Ainda que esses crimes ocorram em áreas com maior circulação de pessoas e nas proximidades de regiões comerciais, há pouca mudança.

Somente dois dos entrevistados, que trabalhavam com o policiamento dos bairros de elite, mencionaram a ocorrência de outros tipos de delitos, mesmo que de maneira bastante excepcional. Os exemplos foram de perturbação do sossego e raros casos de violência doméstica contra mulheres. Um deles mencionou uma pequena ocorrência de tráfico de drogas na região do Horto Municipal<sup>10</sup>, fronteira entre os bairros do Jurunas e da Batista Campos.

O bairro nobre tem uma grande preocupação com a proteção do patrimônio, móvel ou imóvel. Essa questão já chama a atenção, afinal o crime patrimonial é marcante na região rica, que possui o maior patrimônio.

Segundo Zaffaroni (2011, p. 47), esses são crimes com os quais a elite rica e branca tem maior contato e que ameaça algo que lhe é muito precioso: o bem patrimonial. Isso não significa que não haja receio de outros tipos de crime, mas não da mesma forma que os delitos patrimoniais, principalmente o roubo, que ocorre mediante o uso de violência ou ameaça. A repressão maior a esses crimes também ocorre por ser o crime mais visível na área, mais facilmente apreendido pela PM e mais divulgado na mídia.

Em verdade, a experimentação da violência e da insegurança, principalmente após o processo de redemocratização, por parte da sociedade, mormente da elite, criou uma cultura de medo constante, supervalorizando o direito à segurança (Sinhoretto; Lima, 2015, p. 120). Isso motivou a presença maciça da PM nos espaços, a ponto de somente ser considerado um lugar seguro quando a elite assim se sentisse.

É certo que isso ocasionou uma transformação da PM, que se apresenta nos bairros nobres para garantir a segurança dos membros da elite rica e branca, bem como para manter afastados e controlados aqueles que representam a população da periferia, cujo deslocamento entre bairros gera medo e desconfiança no grupo dominante.

A PM, como instituição, realiza um controle sociorracial conforme os interesses da elite, de modo que se faz presente para que essas pessoas tenham a sensação de segurança e as demais, receio<sup>11</sup>. Isso é refletido através dos crimes percebidos pelos policiais no bairro nobre: delitos geralmente apontados como prática comum das pessoas negras, pobres e periféricas. A elite branca e rica ajusta a presença da PM conforme seus interesses para realizar um controle mais direto da população marginalizada que atravessa territórios nobres.

Segundo Judith Butler (2020, p. 6), a paranoia branca formada por esse contexto de constante medo do crime e da violência praticada por aquele que é considerado “o outro” (não-branco) forma uma concepção de que somente se está protegido pela presença da polícia. É a razão de a PM ser o principal veículo de políticas de segurança pública, quando essa noção vai muito além da ideia de policiamento.

10 Área arborizada que fica localizada nas proximidades da fronteira entre os dois bairros aqui estudados existente desde 1897.

11 Em seu trabalho, Caldeira (2011, p. 181) entrevistou pessoas pertencentes a baixos estratos sociais que mencionaram não se sentirem seguras em razão do abuso e da violência que a PM praticava contra os pobres.

De outro lado, o Jurunas é marcado pela repressão ao tráfico de drogas, mesmo com presença marcante de outras espécies de delitos. No bairro nobre, a incidência do tráfico de drogas sempre chega ao conhecimento dos policiais em razão das denúncias feitas por pessoas da elite por causa do medo sentido do crime e da violência. Já no bairro periférico, a repressão ao tráfico está mais ligada à manutenção da “ordem” pelos próprios agentes.

No caso dos crimes patrimoniais que ocorrem no Jurunas, a polícia destaca diferenças sobre o que ocorre na Batista Campos. Um dos entrevistados explicou uma divisão em subáreas para o bairro do Jurunas, especificamente. Cada uma dessas subáreas é capaz de ter um perfil de crime patrimonial ocorrendo. Um exemplo mencionado é que na área portuária ocorre muito roubo/furto a transeuntes por conta da circulação de pessoas e da quantidade de rotas prováveis de fuga. Já mais próximo a Batista Campos, mas ainda no Jurunas, o perfil do crime patrimonial mudava para o furto a residências ou em estabelecimentos comerciais.

Outros agentes entrevistados destacam a percepção de crimes mais violentos no bairro periférico que no bairro nobre, exemplificando com a diferenciação entre furto e roubo. Portanto, mais próximo ao bairro elitizado, a percepção do crime se tornaria menos violenta. O medo que a elite branca e rica tem da violência é construído por fatores externos à vivência do bairro nobre, bem como é evidente sua influência nas dinâmicas sociais existentes sobre os territórios.

Portanto, consegue-se observar que a seleção criminalizante realizada pelas polícias é guiada e mantém os marcadores sociais de vulnerabilização. As polícias então se compõem como agências com um perfil extremamente desigual nos delitos que selecionam. Mesmo em bairros nobres, a grande maioria dos selecionados assim o são por causa de delitos ligados aos estratos mais baixos da sociedade, como o tráfico, o roubo e o furto. Difícil encontrar registros de selecionados, ainda mais pelo policiamento ostensivo da PM, por crimes de colarinho branco, por exemplo.

Assim, o perfil de seleção das agências policiais, em especial destaque a PM, é de reprodução e manutenção da desigualdade, principalmente de raça, de classe e do próprio território. Da mesma forma, haja vista a relação entre esses campos da atuação, a definição das estratégias para cada tipo de bairro varia conforme as dinâmicas sociais que nele estão contidas. As escolhas são feitas a partir da necessidade a ser suprida e do perfil dos lugares em que esteja ou então de uma finalidade que pretenda alcançar, como é o caso da estratégia comboio<sup>12</sup>.

Uma das comprovações de que essas estratégias seguem a lógica das dinâmicas territoriais é que um dos entrevistados mencionou que existe um Ponto Básico Estratégico (PBE)<sup>13</sup> fixo no bairro de São Brás, nas proximidades do mercado. Mesmo com a mancha criminal sendo atualizada semanalmente, a retirada desse PBE provoca um imediato aumento de registros de delitos. É uma especificidade desse território e que influencia em um controle social constante.

A depender do resultado semanal da mancha criminal, a primeira decisão é optar por um policiamento de rondas ou com um perfil mais estático. O entrevistado do Jurunas mencionou que a estratégia padrão é a ronda pelas ruas do bairro, mas que nos casos de bastante incidência, em horários

12 Essa estratégia surge como um reforço de autoridade para a PM, não estando vinculada à repressão direta. É um exercício de controle social através da imposição de uma força simbólica. Surgiu da percepção de perda do poder ostensivo da viatura, ou seja, uma diminuição da capacidade de passar sensação de segurança ou de inibir o cometimento de delitos. O comboio consiste na passagem de dez ou onze viaturas trafegando em cadeia.

13 Essa estratégia consiste na fixação de uma viatura em local específico do bairro ou território policiado, principalmente onde haja alta incidência de delitos (mancha criminal) e também em determinados horários, nos quais se registrem, com maior frequência, ocorrências criminais.



específicos, pode ser uma opção melhor adotar uma estratégia mais estática, como é o caso do PBE em determinados locais e horários.

Especificamente sobre o bairro do Jurunas, foi realizada a subdivisão do bairro em subsetores, levantada a mancha criminal dentro de cada um desses subsetores e definida uma melhor estratégia conforme aquele dado levantado; por exemplo, onde tem mais roubo a transeunte, é necessária a realização de rondas, ou onde tem bastante tráfego, um policiamento estilo PBE.

Essas informações evidenciam o traço atuarial que a PM adota para pensar a sua atuação. As estratégias são pensadas segundo gestão de riscos e controle de perigos, escolhidas a partir de projeções de risco e estatísticas para determinar e justificar a atuação sobre determinados grupos e espaços (Dieter, 2013, p. 20).

A utilização de motocicletas ou de bicicletas ou mesmo do policiamento ponto a ponto<sup>14</sup> representam também escolhas que são direcionadas conforme a densidade dos bairros. Por exemplo, um dos entrevistados destacou a extinção dessa modalidade e de bicicletas no Jurunas, em razão de uma série de execuções e ataques a bases da PM, evidenciando como a dinâmica alterou a atuação naquele bairro. Também foi mencionada a necessidade de utilização de motocicletas para trafegar durante os horários de pico no trânsito.

Assim, mesmo as estratégias que são determinadas para um ou para outro bairro também são produtos da relação da instituição com os marcadores sociais. Apesar de estarem sob o discurso da eficácia da garantia da segurança pública, acabam servindo para manter a posição de controle e a dominação de grupos sociais vulnerabilizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o cenário evidenciado acerca da atuação da PM em Belém/PA, é possível tecer reflexões sobre o perfil de atuação dessa instituição de forma geral, partindo de uma lógica indutiva a partir do trabalho realizado em uma cidade no estado do Pará. Decerto a experiência da PM belenense se diferencia de outras polícias em outros lugares. Todavia, o perfil aqui encontrado é capaz de expandir a compreensão acerca da atuação da PM e até mesmo das polícias de modo geral.

A atuação comparativa da PM entre o bairro do Jurunas e da Batista Campos permite perceber que o perfil da instituição policial precisa ser compreendido em duas dimensões: uma primeira objetiva e que tenta se adequar a um discurso constitucional de segurança pública; outra subjetiva e que compreende a instituição como instrumento de controle, direcionada por marcadores sociais da diferença.

O referencial teórico adotado no presente trabalho compreende a PM, e as polícias de forma geral, como instituição que se declara garantidora da segurança pública através da proteção de bens e direitos, mas que atua como agência de controle social de populações vulnerabilizadas, especialmente quanto aos marcadores de classe, raça e território.

Os diversos aspectos que compõem a atuação policial se combinam para refletir esse perfil enxergado do referencial teórico crítico da polícia, em especial a PM, como um instrumento utilizado pela elite como forma de controle social de pessoas e grupos marginalizados.

---

<sup>14</sup> Realizado a pé.

Em que pese o perfil ter sido traçado a partir de uma gama mais ampla de aspectos dessa atuação, no presente estudo, são selecionados alguns dos aspectos mais relevantes para se compreender esse perfil de atuação.

Assim, após uma retomada dos conceitos referentes à instituição, seja quanto ao seu discurso declarado bem como o real, o presente trabalho elenca os aspectos formais da atuação policial. Como principal elemento formal da atuação da PM, destaca-se a divisão territorial do policiamento, bem como em regiões e áreas integradas de segurança pública. Delimita-se também a atuação nos batalhões e nas companhias que atuavam nos bairros do Jurunas e da Batista Campos.

Na última seção do desenvolvimento, destacam-se aspectos que evidenciam o perfil de atuação da PM, como a quantidade de agentes, a divisão dos bairros que são policiados, os delitos registrados e as estratégias utilizadas.

A atuação policial é um fenômeno complexo, mas com a análise das categorias acima mencionadas foi possível realizar a presente pesquisa para compreender este perfil como uma estratégia de controle a partir dos interesses da elite, segundo os marcadores sociais de raça, classe e território, dentre outros não analisados na pesquisa.

O controle social produzido pela PM é guiado por esses elementos, bem como mantém as estruturas da desigualdade que hierarquizam grupos conforme privilégios. A desigualdade se torna um instrumento dos interesses da elite na permanência dos privilégios sociais.

Os aspectos destacados acerca da atuação, então, evidenciam um perfil de atuação policial voltado para um controle social disfarçado e justificado através do discurso de segurança pública que supostamente organiza a atividade policial. A importância do estudo se pautou na percepção constante das imagens de legitimação da violência e da presença maciça da polícia nos espaços considerados periféricos, enquanto não ocorria o mesmo em centros lidos como nobres na cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, João José Rodrigues. Polícia: etimologia e evolução do conceito. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 213-260, jan./jun. 2018. DOI: 10.31412/rbcp.v9i1.539.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Verena Holanda de Mendonça. **A Polícia pode ser democrática?**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

AZEVEDO, André Luiz Vieira de; CASTRO, César Rodrigues. **Integração territorial das Polícias Militar e Civil: uma proposta de criação de Áreas Integradas de Segurança Pública na cidade do Natal**. 2007. 111 f. (Monografia para Curso Superior de Polícia) – Centro de Estudos Superiores, Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

**A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da polícia militar em Belém**

Antonio José Martins Fernandes e Luanna Tomaz de Souza

BAHIA. **Decreto Nº 13.561, de 2 de janeiro de 2012.** Institui as Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP, as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP no Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador/BA, 2 jan. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 9 de julho de 2024.

BUTLER, Judith. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022020460100302>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: 34; Edusp, 2011.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Do poder das redes às redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostas do narcotráfico na metrópole de Belém-PA.** 2018. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário.** São Paulo: Unifesp, 2020.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história.** Rio de Janeiro: Revan, 2013.

FREITAS, Felipe da Silva. O que a gente quer que a polícia faça? Ódio e racismo no mandato policial no Brasil. *In*: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (Orgs.). **Rebelião.** Brasília: Brado Negro, Nirema, 2020, p. 83-95.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** 2 ed. São Paulo: 34, 2012.

MACHADO, Érica Babini Lapa do Amaral; NASCIMENTO, Emilly Mylena Vieira do; SILVA, Fabiana Barros e; SANTOS, José Vitor Gomes dos. Policiamento à brasileira: o capitão do mato, o policial militar e carne mais barata do mercado: uma análise histórico-social da autofagia negra. *In*: CELESTE, Renata (Org.) **Caderno de Resumos do II Colóquio de Estudos Contemporâneos de Direito: democracia e direitos humanos.** Recife: Fadic, 2018, p. 229-243.

MANZONI, Alexandre. Raça e território: trincheiras de um conflito ontológico. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 2, p. 82-94, jul./dez. 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

PARÁ. Consep – Conselho Estadual de Segurança Pública. **Resolução Nº 185, de 19 de fevereiro de 2012.** Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, e dá outras providências. Belém/PA, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança e no controle do crime. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 119-141, jan./jun. 2015.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS, João Francisco Garcia. Cultura policial e Direitos Humanos: contradições e conflitos da Polícia Militar do Pará. *In*: BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de (Orgs.). **Na periferia do policiamento**: Direitos Humanos, violência e práticas policiais. Belém: Paka-tatu, 2013, p. 63-86.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. **Guia prático para participantes dos conselhos comunitários de segurança**. 3 ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2009.

VALENTE, Júlia. **UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro I**. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.